

# TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL

# PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NATURAL NA CR:

ART. 225, CR: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

# **TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL NO SISTEMA JURÍDICO NACIONAL:**

## **- FORMA:**

**“mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.” (ART. 170, VI, CR)**

# INSTRUMENTOS TRIBUTÁRIOS

## - **Fiscalidade:**

- Taxas;
- Empréstimo Compulsório;
- Contribuição de Melhoria.

## - **Extrafiscalidade:**

- Seletividade;
- Progressividade;
- Não-cumulatividade.

# Casos de Tributação Ambiental

## **Seletividade:**

- IPI: Crédito presumido (Lei nº 12.375/10, Regulamentada pelo Dec. nº 7619/11);
- ICMS: Álcool e Biodiesel (Estado do Amazonas Lei nº 3.135/07);
- IPVA: Tecnologia que implique em menor emissão de poluentes (Estado do Amazonas Lei nº 3.135/07)

# Progressividade

- IPTU: Obrigatório mesmo para Municípios com mai de 20.000 habitantes (Plano diretor, art. 182, §1º, CF);
- ITR: Desestimular propriedades improdutivas (artigo 153, §4º), que não atendem à sua função social (artigo 5º, XXIII e artigo 170, III).

Não-cumulatividade



- Impostos:

- a) ICMS (art. 155, CR);

- b) IPI (ART. 153, CR).

- CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS (ART. 195, I, b, CR):

- a) PIS;

- b) COFINS.

Obs.: Lei 11.196/05, veda o crédito de PIS e COFINS aos insumos recicláveis.

# STF reconheceu repercussão geral no Recurso Extraordinário nº 607.109-PR, através do voto da Ministra Ellen Gracie:

Considero presente a repercussão geral sob as perspectivas jurídica, econômica e social.

Isso porque a discussão acerca dos critérios justificadores de tratamento diferenciado em matéria tributária mostra-se bastante importante para o esclarecimento do alcance da isonomia tributária. A par disso, a proteção ao meio ambiente constitui política de fundamental importância na sociedade contemporânea, tendo sido constitucionalmente elevada a princípio da ordem econômica (art. 170, VI) e a dever do Poder Público e de toda a coletividade em atenção ao direito social ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225).

Tenho, pois, que a questão extrapola os interesses subjetivos da causa.

# POLÍTICA AMBIENTAL:

- Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- a) Responsabilidade pelos resíduos;

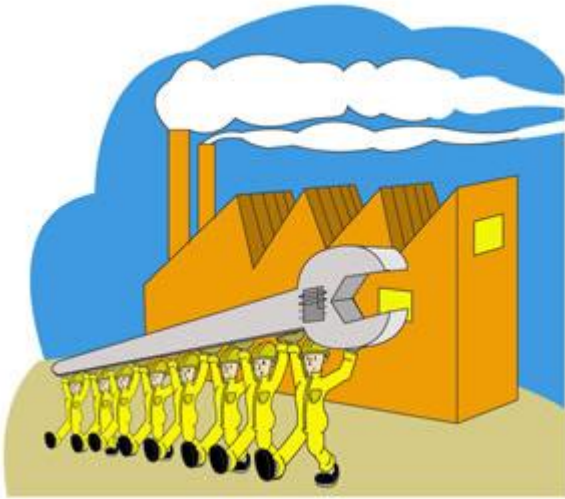
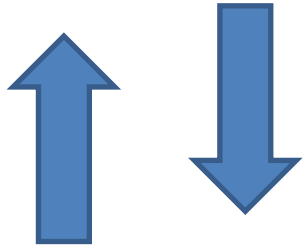
- b) Resíduo possui valor econômico;

- c) Incentivos fiscais (Art. 8º, IX, c.c. art. 44, Política Nacional de Resíduos Sólidos);

- Isenção;

- Não-incidência;

- Diferimento.



# Considerações

Considere o seguinte caso:

A empresa “A”, adquire, para a sua produção, produtos reciclados da empresa “B”, industrializa os insumos e revende os produtos à empresa “C”. As sobras da industrialização são revendidos à empresa de reciclagem “B”.

Política atual:

- ICMS: o imposto relativo à circulação do insumos adquiridos de “B” por “A” é diferido;
- IPI: admite-se aproveitamento de parte do crédito do IPI;
- PIS/COFINS:
  - a) Aquisição dos insumos: não se admite o crédito;
  - b) Venda dos resíduos da produção: incidência de PIS e COFINS sobre o produto da venda.

# Pleitos dos Contribuintes

-Isenção;

-Não incidência.

Resultado:

Oneração da cadeia, devido ao extorno do crédito do ICMS (art. 155, §2º, II, “a” e “b”, CR) e do IPI (RE 479400 AgR, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 21/10/2008, DJE de 06-02-2009).

## **CONCLUSÃO:**

- A política tributária existente onera o setor produtivo.

Obrigado!